

A EDIÇÃO DE TEXTOS NÃO LITERÁRIOS: O PROJETO DOCUMENTOS LINGÜÍSTICOS DO PAÍS BASCO¹

Sara Gómez Seibane

Trad.: *Aline Ribeiro de Freitas* (UERJ)

alinefreitas.uerj@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, não cabe sequer questionar a validade dos textos não literários como fonte de dados linguísticos, pois vocês estão autorizados como os que me têm precedido os têm argumentado e demonstrado amplamente. Em síntese, o uso da produção notarial é interessante por sua fidelidade para a reconstrução histórica, proporcionando dados seguros sobre a localização geográfica e cronológica dos textos, o que a converte em um referente comparativo para as análises sobre textos literários.

Por outro lado, as supostas inconveniências derivadas e caráter rotineiro, assim como sua limitada variedade temática tem sido superadas graças ao abandono da identificação do oral com a “realidade” da língua, e inclusive seu interesse foi fortalecido através dos projetos derivados das tradições discursivas e a tipologia documental – desde Terrado (1991) até Kabatek (2001) e Oesterreicher (2004) –, assim como desde a pragmática do discurso.

1. O País Basco: área em branco

A partir do uso desse tipo de documentação, nos últimos anos se tem conseguido avançar na caracterização da área basca, sobretudo na de Vizcaya. Essa área se encontra em branco, como já ressaltou Echenique (1987) nos mapas da latinização peninsular; mesmo assim, esta lacuna é observada nos atlas linguísticos existentes até o momento e em recopilações teóricas como o “Lexikon de Holtus”

¹ Tradução do texto de SEIBANE GÓMEZ (2009), p. 145-154 apresentada como trabalho final da disciplina “Ecdótica” ao Prof. José Pereira da Silva.

(1990-2001), apesar da classificação de 1982, Lapesa incluiu o País Basco entre as “variedades de adstrato” do castelhano.

Segundo a última contribuição de Isasi (2006a), a variedade românica da documentação produzida em Vizcaya entre os séculos XIV e XVI é castelhana, com determinados traços específicos, mas não exclusivos, com que esta área se inseriria no contínuo dialetal do norte. Contudo, fica ainda por definir, por um lado, as gradações de divergência a respeito de áreas como Navarra e Leão e, por outro lado, o grau de integração no castelhano de Castela, isto é, no chamado complexo dialetal castelhano (Garcia de Diego, 1950) de que até o momento e como temos dito, o âmbito linguístico do País Basco se encontrava isolado². Para essa mesma época e apesar da abundante documentação, os conhecimentos sobre a história da linguística de âmbitos bascos como o alavés e o guipuzcoano são ainda escassos e incompletos³.

Contudo, a presença da língua basca nestes territórios leva a uma concepção de homogeneidade desde o ponto de vista linguístico, consideração que não convém manter à vista de fatores cuja importância está ainda por determinar, como as diferenças no euskera destas áreas, seu distinto grau de implantação, assim como uma perda da referida língua mais cedo em umas áreas frente a outras. Por outro lado, as atuais províncias de Alava, Vizcaya e Guipúzcoa desde o ponto de vista histórico apresentam deferentes graus de romanização e tem estado sujeitas a distintas áreas de influência românica, como por exemplo, no que diz respeito a genealogia do direito civil⁴ ou no relativo às adscrições monásticas⁵.

² Contudo, nos últimos anos e especialmente a respeito da referência pronominal, a variação dialetal da área castelhana está recebendo a atenção necessária e análises monográficas como as de Fernández-Ordoñez (1999, 2001, 2007) tem incluído Vizcaya e Alava no dito *continuum*, pelo uso de *lo* como referentes de matéria masculinos e femininos.

³ Para uma síntese dessas questões, veja Gómez Seibane (2006b) e Gómez Seibane & Ramírez Luengo (2007).

⁴ Desta circunstância podem derivar-se consequências de índole cultural ou política, entre outras, as relativas a história do exercício notarial do tabelionato, com especial atenção a suas vias de aprendizagem, que, como apontou Isasi (1998), precisa de referências nos estudos gerais sobre o notariado espanhol ou castelhano. Contamos com uma monografia sobre o notariado em Alava (ANGULO, 1996), que assinala que a formação do tabelionato no Antigo Regime se realizava no cartório do mestre e, até o século XIX não se teve acesso na educação aca-

2. Documentos medievais e pós-medievais

Grande parte dos trabalhos que tem servido para a caracterização histórica do romance na área basca em época tarda e pós-medieval se tem realizado sobre textos publicados na série *Fuentes Documentales del País Vasco*, editada pela Sociedad de Estudios Vascos, que reúne mais de cem volumes e que, embora para muitos aspectos seja imprescindível a consulta direta dos manuscritos, facilita a leitura dos mesmos. Não obstante, não são acessíveis através de suporte informático.

Esta coleção contém a documentação municipal que regula a vida urbana das aldeias fundadas no País Basco⁶ desde finais do século XII até o XIV, momento em que a população existente se dotou de direito próprio e que coincide – e não casualmente – com a reorientação das atividades econômicas da Coroa de Castela até o ocidente da Europa, uma vez estancado o processo reconquistador e povoador da península.

Através das aldeias, se estende um ordenamento escrito muito breve que é, em uns casos, o Foro de Estella (Navarra) – da família do Jaca (Aragão) – convertido no Foro de San Sebastián com importantes acréscimos na ordem mercantil marítima, a partir da qual se fundarão outras aldeias guipuzcoanas. Em outros casos e com maior frequência, o Foro de Logroño é o documento do qual se cria todas as aldeias vizcainas, a aldeia alavesa de Vitoria e, a partir desse Foro

dêmica superior. Não obstante, tem notícias de escravões de Guipúzcoa do século XVII que compareceram a universidades de Valladolid, Pamplona e Oñate (AYERBE, 1998)

⁵ Neste sentido, a falta de grandes centros monásticos em Alava, Guipúzcoa e Viscaya implica a vinculação dos pequenos monastérios e decanias às grandes abadias existentes fora destes territórios, que, por sua parte, nos séculos X-XII adquiriram propriedades dentro das três províncias mantendo uma cuidadosa divisão de influências: As Encartaciones foram área de Oña (Burgos), Alava e centro de Viscaya, de San Millán (La Rioja): Guipúzcoa oscilou entre Leyre (Navarra) e San Juan de la Peña (Aragão). Esta circunstância dificulta, em grande medida, a caracterização do romance em etapas primitivas, isto é, em épocas anteriores a construção das grandes vilas medievais. Nesta linha, veja os trabalhos de Irigoien (1995), Libano Zumalacárregui (1995-1999) e Echevarría Isusquiza (1999).

⁶ A Série *Fuentes Documentales del País Vasco*, além das três províncias do País Basco, se ocupa também de Navarra.

de Vitoria, outras aldeias alavesas, assim como a maior parte das aldeias ocidentais guipuzcoanas (GIRREAZKUENGA, 2004).

Dado que os foros são textos breves limitados a jurisdição urbana da aldeia, no mundo urbano se recorre a aspectos consuetudinários, que, a partir do avanço e o prestígio da norma escrita começam a se firmar⁷. Assim mesmo, cada uma das aldeias começa a produzir um volume documental importante, conservado fundamentalmente desde o século XIV, com o objetivo de regular a atividade local (ordenança, livro de atas, diplomatários, autos judiciais, decretos municipais, pleitos, cartas etc.)

A transcrição desses fundos documentais até o primeiro quarto do século XVI é obra de historiadores, seguindo a transcrição paleográfica - histórica ditada pelas normas da Comisión Internacional de Diplomática⁸. No entanto, o aproveitamento destes textos apresenta alguns inconvenientes para os linguistas, devido a que não se marca o desenvolvimento de abreviaturas e se transcreve com pronúncia incorreta de fonemas, costume bastante propagado no medievalismo e filologicamente discutível, que enche de falsos ceceios os documentos, segundo tem demonstrado Isasi (1999) e Frago Garcia (1999).

3. Projeto Documentos Lingüísticos del País Basco

À vista desta situação, o projeto *Documentos Lingüísticos del País Basco* coordenado pelos professores Carmen Isasi e José Luis Ramírez Luengo surge com a finalidade de (a) cobrir a necessidade de aproximação da língua de séculos como o XVII, XVIII e XIX⁹,

⁷ Nos referimos, em concreto, ao *Fuero Antigo de Las Encartaciones* (1394, reelaborado em 1503) e ao *Fuero Viejo de Viscaya* (1452, reordenado em 1526), cujas disposições se referem majoritariamente a *Tierra Llana*, nos que se reúnem no antigo costume. Os outros territórios restantes das três províncias participam do sistema do direito geral da Coroa de Castela, salvo no relativo a defesa da unidade do património e sua transmissão hereditária em benefício a um primogênito. (CORTÁZAR et ali 1979)

⁸ Veja *Comisión Internacional de Diplomática* (ed. lit.). *Folia Cesaraugustana* (Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1984).

⁹ Contamos com alguns traços da língua dos bascos emigrados das Índias extraídos de textos epistolares a partir do século XVI (FRAGO GRACIA, 1999), que podem completar-se com as

(b) atender a uma variada tipologia documental, que tenha em conta não só o municipal senão também as atas de processos judiciais ou a correspondência pública e privada com o fim de considerar diferentes níveis e registros, assim como (c) oferecer transcrições úteis e fiéis para a extração de dados linguísticos. Encontra-se, portanto, na linha de criação de *corpora* para a investigação e caracterização linguística que ultimamente está recebendo muita atenção por parte da comunidade científica¹⁰.

Em nosso caso e no momento, se trata de um conjunto quantitativamente reduzido de texto, embora o projeto pretenda a criação de um corpus de referência que proporcione a informação mais completa possível sobre um estado de língua. Como ponto de partida, tem tomado Bilbao e, desde o ponto de vista cronológico, a segunda metade do século XVI, com o objetivo de enlaçar com os trabalhos de transcrição anteriores, e os séculos XVII e XVIII.

Segundo os historiadores (UGARTE, 1999), Bilbao entra na Idade Moderna como cidade ativa onde prosperava a sociedade civil, onde transitavam mercadores franceses, flamengos e ingleses¹¹ e cujo poder se fundamentava no Regimento ou Prefeitura e no Consulado, constituído em 1511 como meio para fortalecer a velha confraria

contribuições do século XVIII das áreas guizpucoanas (GÓMEZ SEIBANE & RAMÍREZ LUENGO 2002, GÓMEZ SEIBANE 2004 e RAMÍREZ LUENGO 2005, 2006) e vizcaina (ISASI 2006b e GÓMEZ SEIBANE 2006).

¹⁰ Este trabalho não está isento de problemas, como já tem advertido, entre outros, Caravedo (1999) e Frago Gracia (2002), dada a dificuldade insuperável do maior grau de formalidade da língua escrita em relação à falada e a existência de normalidades normativas do passado em registro textual. Neste sentido, Frago Gracia (2002: 118) assinala que "não há texto que reflete com absoluta fidelidade a comunicação oral, da mesma forma que nem os escritos mais formais deixaram de manifestar modismos e locuções tidas como muito peculiares na língua falada".

¹¹ No século XVI, tive prosperidade e boa situação econômica, apesar dos sofrimentos com a peste negra, incêndios e inundações sofridos pelos habitantes. No entanto, alguns acontecimentos ocorridos no começo do século seguinte, como os problemas com a Terra Plana, os pleitos jurisdicionais com as anti-igrejas que os rodeavam, as disputas para manterem-se como via comercial principal e a oposição às contribuições de Felipe III - a mais grave de todas elas, foi o motim do sal (1631-1634) - junto com novas catástrofes naturais fizeram com que o século XVII não fosse tão satisfatório desde o ponto de vista econômico. Apesar do anterior, a periodicidade das mudanças históricas e o influxo positivo da ilustração e da mentalidade racionalista abriram uma nova etapa de crescimento econômico e social.

de comerciantes da aldeia, motor econômica da mesma junto com a construção naval.

Estes dois focos foram emissores de grande parte do patrimônio documental da aldeia, atualmente custodiado e dirigido pelo Arquivo Foral de Bizkaia (AFB). O volume documental conservado é notável, sobretudo para o século XVIII: dos fundos catalogados¹², os municipais contém 1.900 documentos do século XVII e 5.100 do XVIII, enquanto que os judiciais se conservam uns 9.000 do XVII e 19.000 do XVIII.

No entanto, há fatores que dificultam uma seleção documental representativa desde o ponto de vista cronológico e tipológico, como as etapas de densidade documental escassa ou nula e o estado de conservação da essência. Na medida do possível, portanto, se tem selecionado a mesma quantidade documental para cada período tentando, também manter um equilíbrio no tipológico. Entre outros, temos recopilado inventários, testamentos, cartas e memoriais públicos e privados, contratos matrimoniais, declarações de testemunhas em processos de separação matrimonial e em juízos por estupro, processos por adultério, juízos pela venda de alimentos em mal estado, escrituras de venda entre particulares, capítulos de ordenança, autos, obrigações e solicitudes municipais.

Trata-se, portanto, de uma tipologia variada e a maior parte original, embora também se tenha transcrito cópias que a efeito linguístico podem considerar-se originais posto que sejam textos passados a limpo pelos próprios autores dos correspondentes rascunhos para seu arquivo (FRAGO GRACIA, 2002), embora seja certo que estas cópias não estejam livres de variação textual, há que conceder-lhes o feito de que costuma ser muito pouco significativo desde o ponto de vista linguístico, dado conta de que são cópias tiradas com cuidado, como se recolhe nos próprios documentos: "Como síndico tesoureiro da casa de contratação desta dita aldeia tem tirado este traslado da informação e dos meus autos originais que ficam em meu poder e foi bem e fielmente retirado" (CB61-12. 1651).

¹² Os fundos do Consulado (1512-1830) não estão catalogados no Arquivo Foral de Bizcaya. No entanto, incluímos um documento do século XVII, deste fundo que narra a inundação de 1651, que encontramos na consulta de outras questões.

4. Critérios de edição para os textos do XVII e do XVIII

4.1. Na edição de textos não é em absoluto desprezível a importância dos aspectos econômicos. Neste projeto, por exemplo, se encarece o produto final se aumenta o número de páginas, pelo que, ao menos nos primeiros volumes, não é possível seguir o modelo de edição do professor Sánchez-Prieto e sua equipe na coleção *Textos para la historia del español* com uma tripla aproximação (reprodução fac-símile, apresentação paleográfica e crítica) junto com o estudo linguístico¹³.

Então, nos situamos no modelo de edição dos historiadores no sentido de que somente apresentamos um documento; contudo como se expõe a continuação, os critérios de edição são conservadores com objeto que será válido a extração de dados linguísticos.

4.2. Tendo sempre presente esta finalidade, temos marcado em cursiva o desenvolvimento das abreviaturas, embora não são muitas nem muito variadas: encontramos *ss.*, *mag.*, *ui*, *d* ou *r*, das quais as correntes tanto do século XVII como do XVIII são *q. dho* ou *nro*, especialmente resistentes ao desaparecimento como já tem advertido Frago Garcia (1998).

Imediatamente a questões gráficas, temos decidido manter a variação ortográfica dos textos, fruto da falta de normas de alcance geral (FRAGO GARCIA, 2002). Entretanto, este feito não é sinônimo de caos ortográfico; entretanto, este feito não é sinônimo de caos ortográfico, coexistem tendências com desvios que, também, podiam ser resistentes ou ocasionais.

Por exemplo, entre as tendências mais habituais dos textos dos séculos XVII (e em muitos do XVIII) pode citar o emprego de *i* ou *y* para /i/, *v* e *u* para /u/, ocasionalmente *ph* para /f/ e *th* e *tt* para /t/. Também, se advertem usos como o de escrever uns *m* antes de *p* e *b* (*cumplir* 1630, *sombra* 1726) e outros *n* (*setienbre* 1657, *enpenho* 1728). Possivelmente por motivos fonéticos, abandonou-se a grafia

¹³ É certo que esta dificuldade podia ser salva da com a edição digital, temos que lamentar que ainda entre nossos próprios colegas não desfrutaram da mesma valorização que a realizada em papel ou CD.

dupla ss e se empregou o simples s entre vogais, o que supôs uma novidade com a tradição, cujas marcas são observadas durante o século XVII – *cossa, cassa, missa, forçossa* (1657), *bolsa, basso, pesso* (1674), *relixiessa, yglessia, cassa* (1694), – e inclusive no XVIII – *dejassen* (1741), *agassajo* (1719), *trassuno* (1719), *inclusa* (1719), *cassada* (1764) –. Nos textos do século XVIII é possível registrar ainda cultismos gráficos, como *ch* para /k/ (*parrochial* 1718, *Joachim* 1723, *christiana* 1744, *chamzilleria* 1728, *chatolica* 1717, *chisttal* 1764), os usos de *v* com referente vocálico no começo de palavra (*vna* 1724, *vltimamente* 1730, *vtilidad* 1731, *vsar* 1764) e os de *u* para [b] em posição interior (*mouidas* 1728, *seruicio* 1720, *preuine* 1741, *seruille* 1764).

Por outro lado, se tem registrado grafias que em princípio poderiam atribuir meras faltas, resultado de um descuido, Frago Garcia (2002) tem apontado que se devem a continuidade de uma antiquíssima variação grafêmica. Por exemplo, os casos de *higa* por *hija* e *monga* por *monja* (1630), pois antes de /a,o,u/ não foram exclusivas as grafias *j* e *x*, de /z/ e /s/, respectivamente, nem sequer quando já existiu a velar fricativa surda /x/, pois no século XVI e XVII não se diminuem os depoimentos. Outro exemplo, *rr* em posição inicial de palavra, grafia muito frequente, como *rrequiere* (1657), *rreferidos*, *rremito*, *rreçadas* (1647), *rratifica*, *rreboca*, *rrequisitos* (1694), *rreximiento* (1707), *rresfriado* (1741), *rrepartimiento* (1737), *rregalo* (1742), e mais esporadicamente em posição pós-consonântica *quatro* (1674), *honrras* (1647, 1694) e *honrrada* (1744).

Editores e transcrições de textos áureos, como Pascual (1993) ou Barrosa & Sánchez (1993), contrários a modernização ou igualdade de variantes no ortográfico, consideram, no entanto, que há uma série de valores redundantes e de pouca transcendência cultural a teor das opiniões de ortográficos e editores, entre os quais se acham algumas das formas que temos mantido, como as alternâncias vocálicas *i* – *y* ou *v* – *u* ou as consonânticas *rr* – *r*, para os que propõe a modernização.

No entanto, temos preferido conservar a variação ortográfica dos documentos para as mesmas razões que com frequência se tem manejado para desdenhá-la: por servir para reconstruções ortográficas. Efetivamente, embora seja certo que a variação apresenta um

componente de escolha pessoal, a observância de uma determinada aplicação ortográfica pode se explicar por motivos escolares, ou seja, pode estar sujeita diversidade de tradições escriturárias.

Nesse sentido, Frago Garcia (2002) oferece um dos exemplos mais chamativos de implicação cultural na ortografia: o caso da permanência extraordinariamente duradoura do *y* ou pitagórica, registrada abundantemente em nossos documentos do XVII e XVIII, sobretudo em posição inicial (*beynte* 1717, *vizcayno* 1742, *reyna* 1764), e que segundo este mesmo autor na escrita manual pôde chegar até as primeiras décadas do século XX. Sua continuidade fonética e sua resistência às reformas podem se vincular a excelência derivada de seu caráter mítico, embora durante séculos competisse com a *i* em idêntica distribuição textual e com os mesmos valores fônicos.

4.3. Em linhas gerais, com respeito a divisão de palavras procedemos com critério lexicológico – separamos preposição de artigo e este de substantivo –, embora a separação seja um traço escriturário cuja discriminação nem sempre resulta fácil nos textos manuscritos.

No caso da união destes elementos ter provocado alguma mudança gráfica em alguns deles, circunstância que ocorre ocasionalmente, como *empoder*, se separam com sua grafia correspondente, *en poder*, e em nota de pé de página se adverte a grafia do manuscrito. Por outro lado, se respeitam os processos devidos a fonética sintática que eliminam majoritariamente vogais, como *della*, *desto* ou consoantes, *trasi*.

Enquanto aos compostos, os termos *susodicho*, *también* y *tampoco* se apresentam semelhantes e como no documento, enquanto os que são resultado de processos de prefixação (*desencajar*, *desahacer*, *trapasar*) se unem e em nota se explico seu uso no manuscrito.

4.4. Com respeito à pontuação, devido à assistemática que apresentam os documentos, se intervém com critério interpretativo, não forçosamente modernizador, pois entendemos que uma

pontuação modernizada é desnecessária, dados os fins dos materiais que se publicam.

Visto que somos conscientes de nossa intervenção neste ponto, e contra o que está sendo nosso objetivo, e tendo em conta que a pontuação constitui, como sabem, a interpretação do sentido último dos documentos, se tem tentado não modificar em excesso a sintaxe do documento e se tem segmentado o discurso em parágrafos em função do conteúdo.

4.5. Finalmente, quanto à acentuação, se respeita a do documento - acentos agudos e graves, em que sua maioria afetam elementos verbais – e se não tem, não se acentua, dado que as intervenções anteriores a pontuação tem servido para desambiguar qualquer possível problema interpretativo.

Para terminar, quero reiterar meus agradecimentos aos organizadores desta jornada pela oportunidade proporcionada para discutir estas e outras questões, porque, como diz Orduna (2006, p. 162): "Trata-se de um manuscrito medieval francês ou castelhano, ou de um impresso de obra lírica, teatral ou narrativa, quem tenta transcrevê-lo e anotá-lo ficará sempre com um acúmulo de normas incertas."

BIBLIOGRAFIA

AGIRREAZKUENAGA ZIGORRAGA, J. *Nosotros, los vascos. Historia de Euskal Herria*. Bilbao: Lur, 2004.

ÂNGULO, A. El escribano público: uma aproximación a su figura y a la de las escribanías vitorianas (1700-1750). In: PORRES MARIJUÁN, R. (ed.): *Aproximación metodológica a los protocolos notariales de Álava*. Bilbao: UPV, 1996. p. 311-326.

AYERBE, R. M. Bagaje humanista de um guipuzcoano del siglo XVII: el escribano Juan de Lizola Iturrieta (Asteasu). *Boletín de la real Sociedad Bascongada de Amigos del País* 64, 395-407, 1998.

BARROSO CASTRO, J & J. SÁNCHEZ DE BUSTOS. Propuestas de transcripción para textos del XV Y Siglos de Oro. In: GARCÍA

MARTÍN, M., I. ARELLANO, J. Blasco y VITSE, M. (eds.). *Estado actual de los estudios sobre el Siglo de Oro. Actas de II Congreso internacional de Hispanistas del siglo de Oro*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1930. vol. 1, p. 161-178.

CASTILLO MARTÍNEZ, Cristina; RAMÍREZ LUENGO, José Luís (ed.). *Lecturas y textos en el siglo XXI: nuevos caminos en la edición textual*. Lugo: Axac, 2009.

CARAVEDO, R. *Lingüística del corpus. Cuestiones teórico-metodológicas aplicadas al español*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1999.

ECHENIQUE ELIZONDO, M. T. *Historia lingüística vasco-románica*. Madrid: Paraninfo, 1987.

ECHEVARRIA ISUSQUIZA, I. *Corpus de toponimia carranzana: materiales para el estudio del castellano de Vizcaya*. Vitória-Gasteiz: UPV/EHU, 1999.

FERNÁNDEZ-ORDÓNEZ, I. Leísmo, laísmo y loísmo. In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v. 1, p. 1317-1398.

_____. Hacia uma dialectología histórica. Reflexiones sobre la historia del leísmo, el laísmo y el loísmo. *Boletín de la Real Academia Española* 81, 389-464, 2001.

_____. El ‘neutro de materia’ em Astúrias y Cantabria. Análisis gramatical y nuevos datos. Em DELGADO COBOS, I. & PUIGVERT OCAL, A. (eds.). *Ex admiratione et amicitia. Homenaje a Ramón Santiago*. Madrid: Ediciones del Orto, 2007. p. 395-434.

FRAGO GRACIA, J. A. Tradición e innovación ortográfica en manuscritos mexicanos: implicaciones culturales y lingüísticas em el hecho textual. In: SALA, L.; GUTIÉRREZ, J. & BLECUA, J. M. (eds.). *Estudios de grafemática em el dominio hispánico*. Santa Fe de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo y Universidad de Salamanca, 1998. p. 97-121.

_____. *Historia del español de América*. Textos y contextos. Madrid: Gredos, 1999.

_____. *Textos y normas. Comentarios lingüísticos*. Madrid: Gredos, 2002.

GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A.; ARIZAGA, B.; MARTÍNEZ, R. M. & RIOS, M. L. *Introducción a la historia medieval de Álava. Guipúzcoa y Vizcaya en sus textos*. San Sebastián: Textoa, 1979.

GRACIA DE DIEGO, V. El castellano como complejo dialectal y sus dialectos internos. *Revista de Filología Española* 34, 107-124, 1950.

GÓMEZ SEIBANE, S. Uso de los pronombres átonos de tercera persona en guipuzcoanos emigrados a Indias en el siglo XVIII. In: FUERTES GUTIÉRREZ, M.; GRACÍA FOLGADO, M. J. y RAMÍREZ LUENGO, J. L. (Coord.): *Res Diachronicae Virtual 3: Estudios sobre el siglo XVIII*, 2004. p. 39-51. Disponível em: <<http://www.resdi.com>> Acesso em: 25 abr. 2007.

_____. Análisis del registro coloquial de un expediente de Portugalete (1708). In: ISASI MARTÍNEZ, C. & GÓMEZ SEIBANE, S. (ed. lit). *Lingüística Vasco-Románica / Euskal-Errromantze Lingüistika*. San Sebastián: Eusko-Ikaskuntza, 2006a. p. 123-139.

_____. Estado actual y perspectivas futuras de la investigación lingüística en el País Vasco. V Congreso Nacional AJIHLE, Sevilla: Universidad de Sevilla, (en prensa), 129-38. En Fernández Alcaide, M. & A. López Serena (ed.): *400 años de la lengua del Quijote. Actas del V Congreso Nacional de la asociación de Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española*. AJIHLE. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2006b, 129-138.

GÓMEZ SEIBANE, S. & J. L. RAMÍREZ LUENGO. Notas sobre la lengua de guipuzcoano emigrado a Indias en el siglo XVIII. *Estudios Lingüísticos de la Universidad de Alicante* 16, 331-350, 2002.

_____. La historia del castellano en el país Vasco: recuento bibliográfico, trabajos desarrollados, perspectivas de futuro. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 10/2, 221-240, 2007.

IROGOIEN, A. *De Re Philologica Linguae Vasconicae*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1995, 5 tomos.

ISASI MARTÍNEZ, C. *Ars Notariae* de los escribanos vizcaínos en el tránsito a la modernidad. TÚRREZ, I. (ed. lit.); A. AREJITA, C. ISASI (coed.): *Studia Philologica in Honorem Alfonso Irigoven*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1998. p. 107-123.

_____. Seseo, 'ese sigmática' y edición de textos vascos. *Fontes Linguae Vasconum* 81, 227-240, 1999.

_____. El romance de la documentación vizcaína en el espacio variacional castellano. ISASI MARTÍNEZ, C. & S. GÓMEZ SEIBANE (eds. lit.): *Lingüística Vasco-Románica / Euskal-Erromantze Lingvistika*. San Sebastián: Eusko- Ikaskuntza, 2006a. p. 209-227.

_____. Seseo vizcaíno en documentación vizcaína del siglo XVIII. BUSTOS TROVAR, J. J. & GIRÓN ALCONCHEL, J. L. (ed.): *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Madrid: Arco Libros, 3 2462-2471, 2006b.

GÓMEZ SEIBANE, Sara. La edición de textos no literarios. El proyecto *Documentos lingüísticos del País Vasco*. In: CASTILLO MARTÍNEZ, Cristina; RAMÍREZ LUENGO, José Luís (ed.). *Lecturas y textos en el siglo XXI: nuevos caminos en la edición textual*. Lugo: Axac, 2009. p. 145-154.

JACOB, D. & KABATEK, J. (ed.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical pragmática histórica y metodología*. Frankfurt / Madrid: Vervuert / Iberoamericana, 2001.

LÍBANO ZUMALACARREGUI, A. *Toponimia medieval en el País Vasco*. Bilbao: Euskal-tzaindia, 1995-1999.

MARTÍNEZ GORRIARÁN, C. *Casa, provincia, rey. Para una historia de la cultura del poder en el País Vasco*. Irún: Alberdania, 1999.

OESTERREICHER, W. Textos entre inmediatez y distancia comunicativas. El problema de lo hablado escrito en el Siglo de Oro. In: CANO AGUILAR, R. (coord.): *Historia de la lengua española*. Barcelona: Ariel, 2004. p. 729-769.

ORDUNA, G. *Ecdótica. Problemática de la edición de textos*. Kassel: Reinchenberger, 2000.

PASCUAL, J A. La edición crítica de los textos del Siglo de Oro. In: GARCÍA MARTÍN, M., I. ARELLANO, J. BLASCO & M. VITSE (ed.). *Estado Actual de los estudios sobre el Siglo de oro. Actas del II Congreso Internacional de Hispanistas del Siglo de Oro*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1993. v. 1, p. 37-57.

RAMÍREZ LUENGO, J. L. Notas sobre el uso del diminutivo en Guipúzcoa y Navarra en el siglo XVIII. In: CAZORLA VIVAS, M. C.; CONTERAS IZQUIERDO, N.; GARCÍA ARANDA, M. A. & MORENO, M. A. (ed.). *Estudios de Historia de la Lengua e Historiografía Lingüística. Actas del III Congreso de la AJIHLE*. Jaén: Universidad de Jaén, 2005. p. 399-408.

_____. Para la historia de *si tendría*: el pretérito de subjuntivo en la Guipúzcoa del siglo XVIII. In: ISASI MARTÍNEZ, C. & GÓMEZ SEIBANE, S. (ed. lit). *Lingüística Vasco-Románica / Euskal-Erromantze Linguistika*. San Sebastián: Eusko-Ekaskuntza, 2006. p. 395-408.

SANTIAGO, R. Apuntes para la historia de la puntuación en los siglos XVI y XVII. SALA, L.; GUTIÉRREZ, J. & BLECUA, J. M. (ed.): *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*. Santa Fe de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo y Universidad de Salamanca, 1998. p. 243-280.

TERRADO PABLO, J. *La Lengua de Teruel a fines de la Edad Media*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1991.

UGARTE, P. *Historia de Bilbao. De los orígenes a nuestros días*. Bilbao: Txertoa, 1999.